



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: ELISEU GABRIEL

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 12 DE MAIO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido não transcrito

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Bom dia. Nós estamos hoje com a Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Estão presentes os Vereadores Daniel Annenberg, Celso Giannazi, Eliseu Gabriel. Esta é uma audiência pública e não há necessidade de quórum regimental.

Esta audiência pública tratará dos gastos com a educação na cidade de São Paulo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br, link Auditórios Online/Auditório virtual.

As inscrições para falar foram abertas previamente no *site* da Câmara, já há algum tempo. Há várias pessoas inscritas, e pedi para a Assessoria abrir inscrições no plenário, assim como já há inscritos aqui.

Quero dizer que foram convidados para esta reunião a Defensoria Pública, a Secretaria Municipal de Educação, o Tribunal de Contas, a Sra. Pamela Pinheiro de Oliveira Gomes, que está presente *on-line*, o Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público de São Paulo (Geduc), Aprofem, Sedin, Sindsep, Sinesp e Sinpeem – do Sindsep está presente o Maciel, do Sinpeem, a Michele de Oliveira.

Temos os Vereadores inscritos. Primeiramente, gostaria de passar a palavra ao Vereador Celso Giannazi que vai fazer algumas colocações importantes de alguns dados que ele coletou.

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Presidente. Bom dia a todas e todos que estão presentes nesta audiência pública, tanto presencialmente quanto *on-line*.

Presidente, acho que é um tema muito importante os gastos da educação da Prefeitura Municipal de São Paulo. A audiência pública se presta a ouvir as pessoas, a fim de que as pessoas participem e tragam os problemas que elas enfrentam. Temos debatido muito na Comissão de Educação sobre o nível de sucateamento da educação pública na cidade de São Paulo, tanto na parte estrutural quanto ao déficit de servidores públicos, AVE e estagiários. Então, é importante que as pessoas vão falar, mas é bom trazer alguns dados antecipadamente, para podermos mostrar os números que buscamos no orçamento. Tratamos muito do orçamento

da cidade de São Paulo, especificamente, para a educação.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. CELSO GIANNAZI – Quero mostrar, Presidente, três telinhas para uniformizar a informação a respeito dos números.

Então, para que todos saibam – e todo já devem saber -: existe um mínimo constitucional que Estados e Municípios devem aplicar da sua arrecadação na educação. A educação tem uma verba carimbada. É bom que tenha mesmo, porque, se não, muitos governos não aplicariam esse mínimo, e estaríamos num nível de sucateamento muito maior.

A cidade de São Paulo é a maior cidade da América Latina. Tem um orçamento para o ano de 2022, em torno de 82 bilhões de reais, a maior cidade da América Latina. É o terceiro ou quarto maior orçamento do Brasil. Ele fica alternando: perde para a União, para o Estado de São Paulo, às vezes, para o Rio de Janeiro ou Minas Gerais. Fica alternando entre o quarto e o quinto orçamento.

Nós temos, ali, um dado que é importante apresentar: temos disponível do ano de 2021 atualizado: 18 bilhões de reais. Foram empenhados 17,46 bilhões e foram liquidados 13,7 bilhões. É um dado importante.

Se puder, passar a próxima tela.

Aqui, os 18 bilhões que nós mostramos anteriormente, na verdade, são os recursos disponíveis para a Secretaria Municipal de Educação, que é a maior Secretaria da Prefeitura de São Paulo. Têm lá atualizados 18 bilhões de reais.

Esse *powerpoint* mostra a receita de impostos que no ano de 2021, foi de 55,91 bilhões de reais, receita arrecadada de todos os tributos, tantos os próprios quanto os repasses que nós recebemos no Município de São Paulo, e a Constituição Federal fala que 25% desse valor, ou seja, 13,97 bilhões de reais devem obrigatoriamente ser aplicados em educação, ou seja, no desenvolvimento básico do ensino exclusivamente. Quando não há aplicação desse recurso mínimo na educação, o gestor de plantão, o Prefeito e o Secretário da Educação respondem por crime de improbidade. Se eles não aplicarem esse mínimo constitucional, isso já

está consagrado no Brasil.

Temos 13,97 que a Prefeitura deveria aplicar em educação, mas ela aplicou 14,21 bilhões, ou seja, 1,7 acima do mínimo. Todo mundo deve falar “então, está bom, cumpriu o mínimo constitucional, a administração atual cumpriu o mínimo constitucional”. Mas vamos ver como é que a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Secretaria Municipal de Educação aplicou esse mínimo.

Se puder passar a próxima tela, vamos ver exatamente.

Então, o que fez a Prefeitura de São Paulo: empenhou. O empenho é um compromisso de pagamento a um contrato de serviço. Vai prometer pagar até janeiro ou fevereiro do próximo exercício. Então, ela empenhou 17 bilhões de reais, sendo que ela empenhou 5 bilhões de reais em dezembro de 2021.

O que aconteceu com a Secretaria Municipal de Educação é o que ela precisa explicar para a gente. O recurso está sendo disponibilizado bimestralmente? A Secretaria da Fazenda encaminha relatórios para a Secretaria Municipal de Educação dizendo dos recursos que vão entrando. Os tributos vão ingressando mensalmente no caixa da Prefeitura. A Prefeitura não recebe esses 17 bilhões em dezembro para aplicar, não. Mês a mês ela vem recebendo. Ela vem recebendo, também, os relatórios para se programar, ter um planejamento.

Ocorre que a Secretaria Municipal de Educação empenhou em dezembro de 2021, vejam bem vocês que nos estão acompanhando, 37% do mínimo constitucional. Desses 17 bilhões de reais, 5 bilhões foram empenhados em dezembro. Se fizermos uma conta e tiramos 17 bilhões menos 5,2 bilhões, que dá 12,26 bilhões, a Prefeitura de São Paulo até dezembro ela não estava cumprindo o mínimo constitucional. Pasmem vocês que 3, 7 bilhões, ou seja, 26% do mínimo constitucional foi empenhado no último dia útil do exercício. É como se você fosse obrigado – a Secretaria Municipal de Educação – com aquele recurso todo não gastou, não se planejou durante o ano todo. Essa é a verdade, Presidente.

A gente em escolas abandonadas, uma série delas estão precisando de reformas, estão fechadas, inclusive; contratação de AVEs, de estagiários, nomeação dos aprovados no

concurso público, valorização dos profissionais da educação, com a remuneração maior, que também entra nessa conta.

A Secretaria Municipal de Educação teve todo esse recurso e foi usar 3,7 bilhões – empenhou, na verdade – em 30 de dezembro. Isso mostra claramente que não há planejamento algum por esta Administração. E o Prefeito é responsável por isso, porque ele é o gestor que foi eleito para conduzir uma política pública e usar os recursos públicos disponíveis de uma forma planejada, de forma que a gente tenha, de fato, uma educação pública de qualidade.

Esses empenhos, como foram feitos no último dia de dezembro, estão lá. Vamos fiscalizar um a um desses empenhos para ver qual é o artifício, a artimanha, que a Secretaria Municipal de Educação colocou, porque, se algum empenho desse não for aceito, vai ser glosado, e a Prefeitura de São Paulo e a Secretaria Municipal de Educação vão ter problema. Vamos fazer a fiscalização de um por um desses empenhos. O Prefeito e o Secretário Municipal de Educação respondem, como eu disse, por crime de improbidade administrativa, caso não efetuem o gasto mínimo da educação.

O Congresso Nacional isentou. A Emenda Constitucional 119, que foi aprovada, isentou governadores e prefeitos em 2020 e 2021, se eles não aplicarem esse mínimo constitucional. Então ele passou um pano para governadores e prefeitos que tinham recurso à disposição e não utilizaram na educação. E esse recurso, a diferença desse recurso não utilizado terá de ser aplicada até 2023. Mas 2020 e 2021, se ele não aplicou esse recurso na educação, o recurso mínimo constitucional, ele não sofrerá nenhuma punição, nenhuma sanção. Esse é o quadro em que a gente se encontra.

Quando a gente vem aqui reclamar, quando a gente faz esse discurso, Presidente, na Comissão de Educação, exigindo melhorias, exigindo reforma das nossas escolas, abertura de novas salas, contratação de novos servidores, nomeação dos aprovados no concurso público, contratação de AVE e tantos outros problemas, a gente tem recurso, o recurso está disponível. Ele não está sendo usado de forma adequada, de forma planejada, por isso que nós trouxemos esses dados, porque é importante a gente começar a audiência tendo noção desses dados.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Vereador.

Anuncio a presença do Vereador Toninho Vespoli.

Vereador Daniel Annenberg, quer falar alguma coisa ou quer esperar?

O SR. DANIEL ANNENBERG – Eu prefiro esperar, Eliseu. Estou aqui ouvindo, ouvi a exposição do Vereador Giannazi, muito importante. Estou à disposição aqui e vou acompanhar. Depois, se for necessário, eu peço a palavra.

Obrigado, Vereador Eliseu.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Então vou passar aos inscritos. Vou alternar, que nem da outra vez, um que já tinha sido inscrito e um do plenário. O primeiro inscrito é Márcia Fonseca Simões. Com a palavra por três minutos, por favor.

A SRA. MÁRCIA FONSECA SIMÕES – Bom dia a todas e todos.

Na linha do que o Vereador Giannazi estava dizendo, queremos compartilhar - no caso aqui, eu represento o Conselho de Alimentação Escolar, além do Sinesp – a dificuldade que estamos tendo com a falta de organização com a verba pública. Então, para não atrapalhar as pautas que os colegas falarão, eu vou ficar em relação ao recente contrato de terceirização para a equipe que vai fiscalizar o trabalho que já é terceirizado.

Isso é muito sério, muito grave e compartilhamos que nós, do Conselho de Alimentação Escolar, em visita que fizemos às unidades, principalmente aos CEIs conveniados, detectamos falhas no uso da verba pública, no nosso caso específico, o PNAE. Isso em 2017, 2018 e 2019, porque 2020 e 2021 a gente não conseguiu fazer adequadamente. Posso atestar que tem que ser uma fiscalização feita por grupos da sociedade civil ou por equipes de servidores públicos. Não dá para passar essa tarefa para outra empresa terceirizada.

Também queria colocar em relação ao transporte que, como todos sabem, estamos com problema no uso da verba para contratação do aplicativo 99, ou outro que seja, portanto não está acontecendo a fiscalização pelas nutricionistas - isso é muito grave -, pelo próprio Conselho de Alimentação Escolar.

E para fechar queria também dizer em relação ao serviço de internet. Como vocês veem, eu estou na unidade escolar e a internet está péssima. Isso não é um problema de uma escola, é de várias, então também é planejamento da verba pública, o bom uso da verba pública.

Pronto, passei o que eu queria neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Márcia. Pontual.

O próximo inscrito é João Luís, da Aprofem, três minutos.

Quero anunciar também a presença do Vereador Jair Tatto, *on-line*, e também do Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. JOÃO LUÍS – Bom dia. Eu me chamo João Luís, como já foi dito, sou da Aprofem. Nós estamos na luta e agradecemos a esta Comissão maravilhosa. Nós temos muitas feras aí sentadas, umas feras da educação, da economia e dos trabalhos dos vereadores.

Eu quero fazer uma pergunta, não falar diretamente. Mas quando se mostra a verba, e esse *slide* foi bem esclarecedor, acho que nós temos que realmente, e aí estou afirmando, não só perguntando, desculpe, que verificar aonde essa verba foi parar e em que realmente ela foi gasta, qual foi o empenho de verdade dela.

Porque durante um tempo eu participei do Fundeb, cheguei até a ser presidente do Fundeb, que é o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, e chegava para a cidade de São Paulo em torno de três bilhões de reais por ano, que era para ser investido só na educação. Eu sei que se a gente procurar no próprio *site* da Prefeitura, não se gasta isso só com salário de servidor, então nós temos dinheiro para muita coisa e acho que é muito importante realmente determinar o que faz com cada verba.

Por exemplo, a Márcia falou do transporte, do aplicativo 99, mas tem também o Transporte Escolar Gratuito – TEG, tem os uniformes, que hoje em dia o pai recebe um cartãozinho. Eu não sou contra o que alguns chamam de assistencialismo, mas essa verba não deveria vir da educação. Verba da educação é para pagamento dos funcionários da Educação, é para a melhoria dos prédios, dos imóveis, dos bens materiais, da escola, é para melhoria da SME, é para o pagamento dos salários, para o desenvolvimento da educação.

Porque ao mesmo tempo em que se gasta dando cartão para dar dinheiro para pai, contratando mães... É um trabalho maravilhoso, é interessante. Contrataram mães para trabalhar durante a pandemia, porque elas estavam desempregadas. Mas, gente, eles estão fazendo isso com qual verba e com qual interesse? É essa situação meio escusa que nos preocupa, porque enquanto esse dinheiro é gasto com isso, a Márcia comentou e eu friso, eu visito muitas escolas, eu sou professor de ensino fundamental 2, a escola que eu leciono, nós brincamos que nós ficamos que nem burro girando para poder acessar o *wi-fi*, porque eu não consigo. E se eu sair em média cinco metros da sala dos professores, o sinal do *wi-fi* não funciona mais.

Tem um roteador para uma escola inteira, que hoje tem em torno de 880 alunos. Esse roteador está na secretaria, ele pega a sala da direção, pega a secretaria e a sala dos professores. Fora daí, o SGP, quem é da educação sabe, aquele Sistema de Gestão Pedagógica, não funciona porque não tem internet. E você pede para o aluno um trabalho, alguma coisa importante que ele poderia usar a internet, não tem sinal. Então eu acho que a verba da educação, realmente tem de ser pesquisado onde ela está sendo investida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado.

Próxima pessoa inscrita é a Cléa Cristina de Prado Peres, SME de Guaianases.
(Pausa) Então vamos passar para o seguinte, que é o Christian Sznick, da EMEI Berta Lutz.
(Pausa)

(NÃO IDENTIFICADA) – Eliseu, desculpe interromper. O Prof. Christian está com problema de saúde, não participará.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Próximo inscrito, Sheila Costa, do Sindsep, por três minutos.

A SRA. SHEILA COSTA – Oi. Bom dia a todas e todos.

Eu sou servidora de carreira, hoje de direção do Sindsep, e também sou nutricionista, trabalhei durante oito anos no Codae, hoje Codae, antes DME, e hoje estou na área da saúde, em saúde do trabalhador, antes de assumir a posição no Sindsep como diretora.

Eu só quero reforçar a fala do Vereador Giannazi, que além da falta de planejamento, esse recurso tem sido aplicado de forma errônea.

E aí eu vou aproveitar a fala da Márcia, também, eu vim aqui até para denunciar o que está acontecendo com a alimentação escolar. Como a Márcia já disse, foi contratada uma empresa para fiscalizar a própria terceirização, aí já tem um conflito de interesse. O papel da alimentação escolar na escola vai além da questão biológica. Trata-se de um papel social muito grande, pois ali a criança vai formar seus hábitos alimentares.

Está acontecendo hoje que com essa desorganização, falta de planejamento e de compromisso com a verba pública, ocorre, por exemplo, que as nutricionistas não conseguem fazer visitas nas escolas.

Eu trabalhei durante oito anos, posso dizer pela minha prática. Se não houver fiscalização, a empresa terceirizada não funciona. Ela desvia, oferece menos para a criança, guarda as sobras de comida para oferecer na outra refeição. Tem de ter a fiscalização sim, porque aí há questões técnico sanitárias. Porque o nutricionista tem de ir lá buscar, até porque é dinheiro público. O quanto não custa esse dinheiro.

Quando a nutricionista vai fazer a fiscalização, ela aponta no relatório, junto com a direção e a empresa vai ser penalizada. Quando ela é penalizada, começa a ter um pouco mais de atenção para aquela alimentação que é servida. Eu estou aqui para fazer essa denúncia.

E além de tudo, não se consegue resposta do Codae, quando se quer conversar sobre essa situação. A SME não atende o sindicato para poder discutir, fora a questão do assédio moral que as nutricionistas estão sofrendo.

O Sindsep publicou uma matéria, nesta semana, pois recebemos denúncias das nutricionistas, de a gestora impondo à nutricionista que ela tem de ir para a escola com os recursos próprios e encontrar alimentos vencidos, porque a empresa usa alimentos vencidos sim.

Uma vez eu destruí mais de 50 cartelas de ovos vencidos, porque a empresa ia usar numa próxima refeição. Quando eu fui fazer a fiscalização, aquilo estava inadequado. Ela ia

oferecer para as crianças ovos vencidos, ou ia jogar fora? Até questiono: mas em casa eu uso. Mas em casa é uma questão, ali são crianças. A gente está com vida de crianças ali. Se tiver uma infecção, um risco, a criança pode adoecer e pode morrer.

Eu vivenciei troca de produto vencido. Aí eu fiscalizava uma escola, quando eu ia numa outra o produto já estava lá na outra. Então se não tiver uma fiscalização contínua, efetiva, não funciona.

Então a gente tem de fazer essa denúncia aqui. Mais uma vez retomo, as nutricionistas estão sendo assediadas, estão sendo cada vez mais colocadas na parede. Agora mesmo, recebi uma informação, por um canal de denúncia anônimo que elas estão sendo pressionadas para identificar quem fez a denúncia, porque vão sofrer pressão.

Espera aí, em que estado que a gente está? Não é estado democrático? A gente não pode discutir? É uma política pública.

Então, para finalizar, eu venho aqui para denunciar essa questão. Eu tenho um filho de dois anos na escola pública. A alimentação é fundamental, é ali que ele aprende a socializar, não é só o comer. Porque eu, como nutricionista, ele come bem em casa. Só que ali ele troca com o colega, ali ele aprende a socializar esse alimento. Ali tem um sentido, de fato, na vida dele, porque se fosse só biológico a gente tem indústria de alimentos aí. Não é essa a questão. A gente quer que o alimento seja a comida de verdade. Então na escola a gente tem de ter comida para ter um sentido muito maior na alimentação dessa criança. Sem contar que sem essa fiscalização a gente não consegue saber, de fato, se a criança está tendo acesso a uma alimentação mais adequada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado. Próximo inscrito é o Sr. Maciel Silva Nascimento, do Sindsep.

O SR. MACIEL SILVA NASCIMENTO – Olá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) –Três minutos, Maciel. Vamos lá.

O SR. MACIEL SILVA NASCIMENTO – Obrigado, agradeço. Na verdade, considerar

superimportante mais esta audiência que vem debater a educação na nossa cidade.

Quero dizer o quanto é importante discutirmos a primeira questão de que não estamos falando de gastos com a educação, mas estamos falando de investimento na educação da Cidade. Essa é a principal questão que deve ser colocada, que deve ser trabalhada.

A gente lamenta que estejamos diante de situações que realmente denotam uma aspiração, uma vontade política de desenvolver o uso do dinheiro da educação, um dinheiro carimbado, para ser repassado às empresas. Porque é o que nós vemos a todo momento, em várias situações.

É importante que o TCM esteja aqui conosco, que tem apontado, está investigando e encaminhando algumas questões relacionadas, inclusive, à aplicação das verbas com a educação, no ano de 2021, onde a gente percebe, inclusive, alguns olhares que precisam ser discutidos e debatidos.

Se nós olharmos, por exemplo, para essa rápida aplicação de verba no finalzinho do ano, nós vamos identificar um grande repasse no PTRF nas unidades escolares, inclusive, com valores maiores do que eram aplicados anteriormente, mas nós não temos alteração na lei que permite a aplicação dessa verba em reformas estruturais, por exemplo.

Ainda existem restrições para o uso de verba do PTRF e que bom que existem restrições. Mas a gente percebe uma correria da Administração em querer compor o gasto mínimo com educação, no ano de 2021 e para isso ela tenta desenvolver ações rápidas, inclusive, improvisadas no sentido de dar esse cumprimento de não tornar inelegível o Prefeito da Cidade. Entre outras questões que nós podemos desenvolver nesses olhares.

Mais do que isso, a gente olha hoje a forma como foram terceirizados os nossos 12 CEUs e a gente olha para esses CEUs e não vemos uma EMEF, não vemos uma EMEI, vemos apenas o equipamento CEI dentro desses novos CEUs. Ai a gente pergunta: qual é a concepção mesmo dos Centros de Educacionais Unificados? E aí eu transfiro a responsabilidade da gestão desse equipamento a empresas, onde o Poder Público, ou mesmo os equipamentos públicos que ainda permanecem, apesar da sua gestão... (Falha na transmissão)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Um minuto, Maciel.

O SR. MACIEL SILVA NASCIMENTO – ...na mão das empresas. Acho que tem uma discussão muito séria.

Se nós formos voltar então à questão dos reajustes salariais dos servidores, isso é muito mais complicado. Não há reajustes há anos para os servidores públicos municipais, mas nós temos dinheiro em caixa, 30 milhões em caixa, que poderiam, de fato, dar um retorno a essa grande aspiração dos trabalhadores, em especial, os que sofreram mais nos últimos dois anos, com a pandemia. A área da saúde, da educação, que se mantiveram presentes, assim como a assistência social, também a nossa área da segurança pública e o serviço funerário, que também está sendo vendido, assim como os novos cinco CEUs que virão por aí, também sendo entregues nas mãos das empresas.

Eu acho que nós precisamos olhar um pouco para o serviço público e ver como as coisas estão caminhando.

Para finalizar, lamentar que nós possamos ter dentro do legislativo municipal da cidade de São Paulo a proposta de terceirização da gestão de todas as unidades educacionais da Cidade.

A gente espera que o Judiciário, que os órgãos de acompanhamento e controle e que nós possamos, juntos com os Vereadores comprometidos com a educação, como... (Falha na transmissão) ...essa proposta indecorosa que começa a tramitar dentro desta Casa. A gente espera ter aí, inclusive, o acompanhamento e ter como aliados os Vereadores que verdadeiramente defendem a educação da nossa cidade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bem. Essa questão é gravíssima mesmo. Ontem a gente começou a agir para segurar. O Vereador Celso, eu, mais alguns Vereadores, o Vereador Toninho e mais alguns. Você vê o nível que a gente chega. Agora como é importante todo mundo estar atento, as entidades atentas, alguns Vereadores. Porque é seriíssimo, é isso aí. O negócio está complicado.

Eu queria chamar agora o Jeferson Gomes.

O SR. JAIR TATTO – Pela ordem, Presidente.

Um minuto, apenas, uma informação. Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pode ser sim, Vereador.

O SR. JAIR TATTO – E já agradecer a compreensão de todos que estão na ordem de inscrição.

Fizemos uma audiência pública também na Comissão de Mérito Financeiro, vamos chamar assim, que resulta no impacto na Comissão de Orçamento e Finanças, foi uma péssima reunião. Não disseram nada com nada. Assim que soubemos do valor acumulado colocado em última hora ok, que se trata aí do assunto, sem um destino organizado. É isso que está ocorrendo.

Também um requerimento solicitando que dissesse onde alguns bilhões de reais foram colocados, com uma publicação no dia 30 de dezembro. É isso? Para que cumprisse a Constituição.

Também não obtive resposta. Então queria dar esse informe, Presidente Eliseu Gabriel, que no que diz respeito ao impacto financeiro já tem mais de um mês e não há resposta da formatação desse dinheiro colocado em última hora e essa exorbitância de valores.

Essa é a minha contribuição, e vou continuar acompanhando.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Obrigado, Vereador Jair. Muito obrigado mesmo. Se V.Exa. quiser falar mais, a palavra está aberta quando desejar.

O SR. JAIR TATTO – OK. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Com a palavra o Jeferson Gomes.

O SR. JEFERSON GOMES - Boa tarde a todos. Meu questionamento diz respeito a essa questão sobre os CEUs. Confesso que desde novembro tenho estado muito preocupado, depois que eu li uma notícia de um processo que a Prefeitura está querendo fazer de Parcerias Públicas Privadas, mas na verdade é uma privatização leve, essas PPPs com os CEUs.

Ratificando, com a informação da *Folha* do dia 26 de março, que a Prefeitura pretende construir cinco novos CEUs: Ermelino Matarazzo, Grajaú, Cidade Ademar, Sapopemba e Cidade Líder.

Essas PPPs, não é só construir, mas manter e formatar todo o projeto do CEU, toda a concepção por 25 anos. Isso me deixa muito preocupado. Há o risco de existir três redes: a rede antiga do CEU, que foi consolidada de início; a nova, que são os 12 CEUs terceirizados também pelo Instituto Baccarelli e a terceira rede das PPPs, desses cinco novos CEUs que vão ficar por 25 anos.

A Prefeitura coloca o custo total de 110 milhões para ser construído em 24 meses, dois anos. Um questionamento, não só para a Comissão de Educação, mas para o Tribunal de Contas, como está acontecendo esse debate? Porque não vejo discutindo e são valores que não vão ficar só em 110 milhões. Obviamente, a Prefeitura vai pagar para essas empresas. E o dia da abertura dos envelopes foi ontem, mas foi adiado para o dia 14 de junho. A minha preocupação é: até 14 de junho vamos ficar esperando a abertura dos envelopes por essas empresas, dessas negociações? Ou há alguma atitude, algum tipo de encaminhamento sobre questionar esse processo? Porque é um processo que vai desfigurar completamente a rede municipal de Educação e que não vai parar só nesses cinco novos CEUs, mas em toda a rede, como já foi dito aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Próxima inscrita, Sra. Letícia Grisólio, do Sinesp.

A SRA. LETÍCIA GRISÓLIO DIAS – Bom dia todos. Sou supervisora escolar pela DRE Capela do Socorro e dirigente do Sinesp. Primeiramente, viemos aqui solicitar e falar mais uma vez da importância da regulamentação da Lei 17.232, de 2019 - o nobre Vereador conhece muito bem, como autor - que fala do horário de estudo para os gestores educacionais. Destacamos a importância de que haja uma regulamentação porque as instruções normativas que tratam do assunto preveem o horário de estudo dentro das unidades educacionais e destacamos a importância de que esse horário seja garantido em local de livre escolha aos

gestores. Isso trará grande valia ao trabalho pedagógico realizado nas unidades e não traz impacto orçamentário para Prefeitura e nem para rede.

Outro ponto que gostaríamos de trazer, quando falamos de gastos na Educação, é a reivindicação por uma tabela específica de vencimento aos gestores educacionais levando em consideração a perda salarial que os gestores encontram quando saem da sala de aula e vem para o cargo de gestores. Então é muito importante uma reflexão profunda sobre a importância e a função desse cargo, que esteve à frente na pandemia com os demais educadores, profissionais da educação, lidando com a comunidade, lidando com as políticas públicas e muitas vezes lidando sem a política pública para o atendimento de qualidade à população.

Trago, também, aqui a importância de discutirmos o provimento de cargos através de concursos públicos. O Sinesp é defensor da entrada na carreira através do concurso público e sempre irá denunciar a tentativa de entrega da educação municipal para as mãos das OSs, assim como vimos ontem na discussão sobre o PL 573.

Observamos também que semana passada saiu a Portaria 285, que trouxe atualização do valor *per capita* para a rede parceira. Estamos no momento agora de valorização dos profissionais de Educação e é necessário um reajuste salarial aos funcionários públicos de uma maneira geral, mas aqui falo em nome dos profissionais da Educação.

Trago, também, a questão dos valores empenhados na educação. O Vereador Celso Giannazi, na sua fala inicial, destacou os cinco bilhões que ele trouxe e os valores que estão sendo diariamente apresentados no *Diário Oficial*, porém sem a descrição de onde essas reformas, esse reparos, essas manutenções serão feitas nas unidades educacionais. A pergunta é: como fiscalizar o empenho desses valores se as unidades educacionais, as diretorias regionais de Educação não possuem o descritivo desses reparos?

Finalizando, a Márcia, minha colega, trouxe a questão dos contratos de terceirização do serviço de limpeza e nós trazemos o questionamento. Por que fazer um contrato de fiscalização para fiscalizar um outro contrato? Será que esse primeiro possui situações irregulares e por isso uma fiscalização? Nós tivemos durante a pandemia a diminuição dos

profissionais da limpeza e agora vem um contrato para fiscalizar se os serviços estão sendo prestados? Nós defendemos sempre o concurso público e defendemos também a utilização dos recursos públicos sendo utilizados de maneira adequada e esse contrato de fiscalização nos traz inúmeras perguntas e preocupações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Passo a palavra à Sra. Talita Pires. (Pausa) Ausente. Sra. Rosa Maria Pereira de Araújo. (Pausa) Ausente. Sra. Deise Franco Alonso. (Pausa) Ausente. Sra. Adriana Zampolli. (Pausa) Ausente. Sra. Lúcia Damasceno. (Pausa) Ausente. E Sra. Estela Pontes Ramos. (Pausa) Ausente.

Não há mais inscritos.

Passo a palavra ao nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Saúdo o Presidente e Vereador Celso Giannazi por ter solicitado essa audiência. Acredito ser importante discutir as verbas públicas.

Presidente, com estão falando dos gastos com Educação, uma das coisas que tem me deixado mais indignado, mas muito indignado mesmo, é a questão das salas multimídia, caixotes e caixotes de aparelhos nas escolas, há mais de um ano um ano, um ano e meio. Ele falou com Secretário e ele falou que a garantia daqueles aparelhos é de dois anos. Eu pedi isso formalmente para saber se é de dois anos ou de um ano, porque se for um ano a garantia já passou, se forem dois anos a garantia já estar para vencer.

Então, cabe, quando for instalar muitos desses aparelhos, ele já nem funcionarem e não tem nem mais para quem reclamar, porque a garantia já passou. É um verdadeiro absurdo. Fora que esses aparelhos têm um tempo útil, a tecnologia muda muito, é igual um celular quando você compra. Então, isso é nitidamente um dinheiro desperdiçado como eu nunca vi na vida. Nós entramos no Ministério Público e também no Tribunal de Contas do Município e um relatório do Tribunal de Contas do Município já saiu que eles só instalaram 7% de tudo que eles deveriam instalar.

E nós estamos marcando uma ida ao Ministério Público, eu vim aqui convidar a

Comissão de Educação e já que o Tatto está aí também, que é da Comissão de Finanças, estendo o convite a ele para fazermos uma diligência no Tribunal de Contas do Município com a gente para conversarmos com o Conselheiro responsável, porque não é possível que as pessoas fazem compras, desperdiçam dinheiro público, são milhões, e, no fim, ninguém vai ser responsabilizado. Alguém tem que ser responsabilizado por tudo isso. Não é possível que o dinheiro público seja tratado desse jeito. Eu acho que irmos lá dialogar com o Tribunal de Contas do Município acaba ajudando a ter determinadas consequências nesse processo todo.

Então, quero fazer esse convite a todos os membros da Comissão, ao Presidente da Comissão de Finanças, Jair Tatto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra a Sra. Michele Rosa, do Sinpeem.

A SRA. MICHELE ROSA – Bom dia a todas e todos, é um prazer estar aqui, fiz até uma lista das coisas que eu quero abordar para respeitar o tempo.

Primeiro reafirmo que dinheiro investido na educação não é gasto, é investimento. Nós não vamos ter um país melhor desenvolvido, com justiça social, com pessoas melhores formadas e que alcancem seus sonhos e se coloquem como cidadãos verdadeiramente, se não investirmos na educação.

Depois dizer que nos últimos quatro anos a receita da Prefeitura aumentou mais de 31% e o salário dos servidores, no último período, só tive perdas. Isso é bastante estranho. Como é que a receita sobe e o salários dos servidores diminui? Só em dezembro de 2021 a Prefeitura engordou os cofres públicos com 3,3 bilhões, em contrapartida, os servidores empobrecem porque a inflação é galopante. Isso é bastante preocupante e injusto.

Também dizer que se nós temos previsto na Constituição 25% da verba vinculada para educação, se esses impostos aumentam, tem que ser aplicados 25%, está previsto, precisa ser cumprido. É importante lembrar que com essa vinculação da receita que é oriunda de impostos deve ser investido no desenvolvimento e manutenção do ensino. Nessa previsão nós temos aí os servidores públicos que estão enquadrados dentro dessa verba.

Lamentavelmente o Presidente Bolsonaro, por meio da Lei 173, congelou a possibilidade de aumento aqui no município de São Paulo. Nós temos a Lei 14.660, que lá no seu artigo 100 prevê que anualmente todos os anos em maio a gente precisa ter a revisão dos salários. Isso não foi possível em 2020 e 2021, por força da Lei 173 do Governo Bolsonaro, que entre tantas coisas ruins que faz desde o dia que se tornou Presidente, ainda trouxe mais essa para os servidores, congelando por 18 meses.

Mas, enquanto os nossos salários estavam congelados, a inflação cresceu galopantemente. Em 2018, lamentavelmente, essa Casa, não com voto desses que compõem a Mesa, aprovou os 14% para previdência, aumentando a contribuição. Isso resultou e mais perdas para os servidores. Quando você aumenta a contribuição, você tira também a capacidade das pessoas de terem mais dinheiro. Em 2021 houve o aumento para cargos de primeiro e segundo escalão, para nós, não; servidores da ponta, não, mas para o primeiro e segundo escalão houve. Isso não está certo. Como eu disse, no artigo 100, da Lei 14.660, garante que maio é o mês da data base. Nós estamos em maio, nós reivindicamos 46% de aumento e isso precisa ser discutido e encaminhado o projeto para a Câmara o quanto antes para que os Vereadores aprovelem e os servidores tenham o seu direito garantido na data base.

Também é importante dizer que no período de 2018 a 2022 o IPCA registrou 25.38% da inflação o IPC de São Paulo registrou 25.55, portanto, é necessário pelo menos a reposição dessas perdas.

Para finalizar gostaria em nome do Sinpeem de uma explicação sobre esses contratos. Qual é a lógica de uma empresa terceirizada fiscalizar serviços terceirizados? Não me parece racional. Isso envolve dinheiro, quem teve acesso aos contratos vê que isso não é barato e tem uma cláusula que diz inclusive sobre reajuste, depois de um ano você reajusta aquele contrato, bastante impróprio isso, já dito aqui.

Para que os profissionais possam fiscalizar os contratos eles precisam ter a clareza desses contratos, saber o que é que foi contratado, para termos certeza daquilo que está sendo entregue. E aí vemos, por exemplo, serviços de limpeza, as empresas na região de São Miguel,

por exemplo, tem escola que não tem aula porque não tem pessoal da limpeza para limpar, muito grave isso.

Com a reforma da Previdência, a criação da SampaPrev, a cobrança dos 14% do déficit financeiro da Previdência Municipal com aposentadorias e pensões vai cair de 6,4 bilhões, que foi em 2021, para cerca de 4,3 bilhões em 2022. Então, apesar da crise sanitária, as receitas cresceram em 2020/2022 e em contrapartida a despesa com pessoal caiu.

O dinheiro do resultado do acordo com Campo de Marte tem receita vinculada e precisa ser aplicado, não só na educação como também na saúde.

Obrigada. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra a Sra. Talita, do Movimento Famílias pela Vida. Onde está a Talita? Vou passar a palavra para o Vereador Eduardo Suplicy. Já estamos em fase de encerramento da nossa conversa e isso tudo que foi falado foi gravado. Audiência pública não é uma reunião para se tomar decisão é uma audiência para se ouvir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Estou vendo o Tribunal de Contas mesmo.

Com a palavra, então, Pamella. Por favor. Depois a Talita fala. É Anne ou Pamella?

(Pausa)

A SRA. PAMELLA PINHEIRO DE OLIVEIRA GOMES – Eu e a Anne estamos representando o Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O.k.. Pamella com a palavra.

A SRA. PAMELLA PINHEIRO DE OLIVEIRA GOMES – A área técnica do Tribunal de Contas elaborou o relatório de auditoria dos gastos, como é feito todo ano a fim de observar o cumprimento dos 25% constitucionais. O relatório está na fase de instrução, ainda não está público, mas o relator está dando o encaminhamento devido. A área técnica está concluindo, e o relator está dando o encaminhamento devido ao relatório dos gastos. Inclusive esse relatório dos gastos subsidia o RAF - Relatório de Acompanhamento Fiscal do Tribunal, que também está na Procuradoria da Fazenda. Já saiu o RAF da Prefeitura como um todo, o qual contém os gastos

da educação, e já está na Procuradoria. Então, o processo já está em fase de instrução; a área técnica já está concluindo os estudos sobre riscos, incluindo o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A Anne quer falar?

A SRA. ANNE TOBOS MELNIKOFF – Reitero o que disse a Pamella. O trabalho já foi realizado, o Conselho (ininteligível) dando os devidos encaminhamentos em relação ao relatório dos gastos e também do relatório anual.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Mais alguma coisa?

A SRA. ANNE TOBOS MELNIKOFF – Acho que é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu só queria saber... A Talita conseguiu entrar? (Pausa) Vereador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Pergunto, Sr. Presidente, se as questões aqui levantadas serão respondidas pela Secretaria Municipal da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Isso tudo depende. Nós vamos fazer um resumo do que aconteceu e vamos, na Comissão de Educação, fazer os questionamentos necessários, se for o caso. Está certo? Se houver perguntas, dúvidas. Esclareço que na última reunião nós aprovamos vários requerimentos na nossa Comissão, perguntando tudo, com vários questionamentos à Secretaria Municipal de Educação. Espero que até semana que vem tenhamos bastantes respostas de questões muito importantes que foram levantadas. Não sei se alguém quer explicar o que foi feito. (Pausa) Não precisa, não é? Vereador Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Eu gostaria de também encaminhar ao representante da Secretaria Municipal da Educação o seguinte:

“Considerando o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar a impossibilidade de responsabilização dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como seus agentes públicos desses entes federativos pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal, e dá outras

providências;

Considerando que no parágrafo único está dito: ‘Para efeitos do disposto no *caput*, o ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado, conforme informação registrada no sistema integrado de planejamento e orçamento, e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021’;

1 – A Secretaria Municipal de Educação se compromete a encaminhar bimestralmente para a Comissão de Educação, Cultura e Esportes a execução dos restos a pagar de 2020 e 2021.

2 – Consulto a posição das Secretarias sobre incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias que um órgão, no segundo semestre, só poderá empenhar em determinado mês o percentual equivalente ao dobro da média de empenho dos últimos seis meses.”

Encaminho ao Presidente Eliseu Gabriel. Também apresento ao Presidente Eliseu, diante da notícia divulgada esta semana, considerando a concessão, esse outro requerimento, que se refere a um tema ligado à educação, mas é sobre os esportes.

- É lido o seguinte: *(referente à concessão do Estádio do Pacaembu, requer realização de audiência pública conjunta das Comissões: Educação, Justiça e Política Urbana)*.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Acredito que o Vereador Toninho Vespoli e a Vereadora Silvia da Bancada Feminista tenham feito tais iniciativas. Que nessa audiência haja a participação das seguintes pessoas: Sol Camacho, arquiteta responsável pelas intervenções, contratada pela Allegra Pacaembu; Rubens Rizek, da Secretaria Municipal de Governo; Tarcila Peres Santos, da Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias; Maíra Madrid, Diretora da SP Parcerias; representantes da Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado de São Paulo; representantes do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural do Estado de São Paulo; Nabil Bonduki, arquiteto e

urbanista, que chamou a atenção para esse assunto; Estela Dadalto, pesquisadora do Instituto de Arquitetos da USP; Fábio Benini Cabral, da Associação Viva Pacaembu; Eduardo Barella, CEO da Allegra Pacaembu. Encaminho ao Presidente esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O.k.. O Vereador está propondo uma audiência pública. Temos que decidir dentro de nossa Comissão, certo? Passo para a assessoria para que coloque como requerimento na próxima reunião.

Alguém levantou a mão para falar. (Pausa) Talita, com a palavra.

A SRA. TALITA – Tudo bom, Eliseu? Obrigada. Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de participar desta audiência. Peço desculpas pelos problemas técnicos, que significa que eu não estou por dentro de tudo o que foi conversado aqui. Sempre acho importante trazer o ponto de vista das famílias da escola pública. É evidente que a falta de financiamento afeta os servidores, e 25% de inflação sem reposição salarial é inaceitável. O servidores estão ficando empobrecidos, com mais dificuldade de trabalhar, muitos com problema de saúde mental.

As famílias sofrem com isso também. Além do fato de que a crise também atinge as famílias trazendo essa carestia, trazendo questões cada vez mais prementes para escola, de desigualdade, questão do acesso à alimentação, que é muito importante. Tudo isso vai pressionando a escola. Mas, sem esses investimentos que poderiam ser feitos com o caixa da Prefeitura, a gente poderia estar pensando em diminuir o número de alunos por educador, por sala, em fazer um sistema... Isso não tem tanto a ver com o orçamento, tem mais a ver com gestão - que os uniformes e materiais sejam, de fato, acessados pelas famílias. Temos muitas questões de pessoas não conseguirem acessar esses materiais, principalmente o uniforme. Há muita dificuldade para as famílias acessarem esse direito e pouquíssimas lojas... Tudo isso entra na questão do financiamento.

A gente pergunta: “Por que foi feito esse sistema de uniforme?” Ele é, de fato, mais barato ou ele apenas terceiriza um problema que a Prefeitura não gostaria de resolver?

Com a questão do material, é a mesma coisa. Todos os alunos precisam de material. Por que vão terceirizar isso? Por exemplo, quando se acaba a verba que a famílias recebem,

elas não conseguem repor um caderno ou alguma coisa que precisa ao longo do ano. E, se isso for gerido pela escola, de fato, é muito mais inteligente o uso desse recurso. É isso que a gente gostaria de trazer.

Também gostaria muito de entender qual é a fixação de dar essa verba na mão das pessoas. Isso não faz sentido economicamente, não faz; e também não tem feito sentido em termos de qualidade. Há muitas reclamações sobre qualidade. Também há a questão de falta de acesso, de não conseguirem comprar e de não haver na loja. A encomenda demora mais de 60 dias para chegar, de ser descontado o valor e não chegar na data prevista. Então, a gente está tendo muitos problemas com isso.

Então, eu acho que a gente podia dividir esse problema que está acontecendo agora em relação a material e uniforme. Isso é muito premente, porque há muitas famílias que ainda não acessaram o direito ao material. Eu vejo isso tanto no movimento quanto no Creas Butantã, do qual eu faço parte.

Também falo de uma questão mais ampla, de financiamento da educação. Há dinheiro carimbado para a Educação. A gente não pode aceitar que esse dinheiro seja empenhado e depois digam: “Ah, não. Não deu para se gastar. Então voltou para o cofre.” Isso é inaceitável. Há muitas crianças sem escola. No começo deste ano, as crianças do primeiro ano estavam sem escola. Estão fechando sala no momento em que temos que diminuir o número de crianças por sala, até por uma questão sanitária, que vai continuar ao longo do tempo.

Então, a gente traz essas questões que normalmente ficam um pouco escondidas, diante das questões mais urgentes e que podem ser resolvidas de hoje para amanhã, como, por exemplo, a questão de salário, que é só uma decisão. Aplicar é mais fácil, agora quanto a se fazer um plano para se diminuir o número de crianças por sala, eu sei que todos os professores querem isso, mas os professores não estão com a força política para buscar essa pauta.

Então, em nome de famílias... Eu sei que isso é uma questão muito importante. Trago aqui que a gente pense na aplicação dos recursos, para melhoria efetiva da Educação, não só na questão da diminuição de alunos por sala, embora isso seja talvez uma pauta de primeira

necessidade, mas de várias outras questões, como treinamento de professores e diminuição da carga horária do professor, para que ele possa fazer uma preparação melhor. Há uma série de coisas que podem ser feitas e o que a gente tem visto é que não falta dinheiro. Falta a política pública. Então, é isso que eu venho trazer aqui para vocês hoje.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado. É muito importante a sua intervenção.

Sobre tudo isso que foi falado aqui, vamos fazer um resumo e ver o que extraímos de questionamento para a Secretaria da Educação. É uma pena que não veio nenhum representante. Da próxima vez, a gente convoca, em vez de convidar. A gente convida. Quando não vêm, a gente convoca.

Acredito que foram muito importantes as colocações aqui. A gente vê que os ataques ao serviço público são permanentes. Quer dizer, essa ideia de transformar o Estado em Estado mínimo é um objetivo desses governos; e a resistência da população é absolutamente fundamental. Então, a gente viu aqui que é sempre isso, é um ataque o tempo inteiro. Há até essa história de uma empresa terceirizada ter outra terceirizada, para fiscalizar. Quer dizer, é uma coisa de louco. É uma coisa impressionante a burrice que está sendo feita no País. Quer dizer, este País está muito burro, porque isso não acontece em países mais desenvolvidos. Pessoas se espelham tanto nos Estados Unidos, nisso e naquilo. Isso não acontece lá. Isso não há. Quer dizer, a fiscalização é pública.

Ontem a gente estava conversando sobre escola pública, sobre a questão do sistema público de educação, aquelas ameaças de terceirização. É a mesma coisa: Em país do primeiro mundo, o ensino básico é totalmente público. Eu até dei um exemplo de onde eu visitei lá, nos Estados Unidos, em 2019, em escolas onde fui visitar familiares. São totalmente públicas. Não há terceirização e fiscalizar não sei o quê. É tudo público, e com o envolvimento total das famílias nas escolas.

Então, é de uma ignorância este País. É uma ignorância absurda com esse

Presidente então, estamos aqui lascados. Então, temos que fazer um grande esforço, para que isso mude. É sério que é um momento crítico pelo qual vivemos; e todo mundo tem que pensar seriamente, mobilizando-se, para mudar esse quadro, porque o Brasil tende a se tornar uma grande Somália, quer dizer, um País sem Estado, totalmente dominado por milícias, pelo crime organizado. Isso está acontecendo mesmo. Eu vejo pessoas que trabalham na periferia e em bairros mais... É impressionante. Então, a gente precisa reagir, e vamos ver se a gente consegue pelas eleições. Que as eleições realmente possam recuperar e salvar este País.

Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Sr. Presidente, então deu para ver aqui, por todas as falas, contribuições, que o problema da cidade de São Paulo hoje não é de recurso público. Há recurso público. Eu me solidarizo com a fala do Presidente, de dizer que é lamentável que a gente não tenha aqui um representante da Secretaria Municipal da Educação, que o Prefeito Ricardo Nunes não determine que um representante da Secretaria Municipal da Educação compareça a uma audiência pública, para explicar para nós aqui, para a sociedade, para a Cidade o que foi feito com o gasto público na área da Educação, gasto que foi carimbado, que é de haver recurso.

Então, é inadmissível a gente estar na cidade de São Paulo... Ontem eu estive numa escola, numa Cemei Monte Serrat, na DRE Penha. O Cemei foi construído há dois anos, há dois anos. É uma escola nova; e as crianças são dispensadas da aula. Bebês e crianças são dispensados porque não há água, não há água. É lamentável. É um Cemei que foi construído agora. No CEU da Freguesia do Ó, há um elevador quebrado há dois anos. A Prefeitura não colocou uma equipe para fazer a manutenção desse elevador. As crianças com deficiência foram transferidas para outras escolas, longe de suas casas, por conta de uma incompetência. Eu digo que é incompetência mesmo. A gente tem recurso para fazer essa manutenção, para fazer as reformas e as contratações dos AVEs e dos estagiários, pagando o aplicativo dentro das escolas. É inadmissível o que nós estamos vivendo nessa situação, havendo recurso público.

Então, o que nós mostramos, no começo, serviu para mostrar aqui que falta

planejamento da Secretaria Municipal de Educação, porque todo o recurso foi empenhado no último dia do ano. É uma vergonha.

Sr. Presidente, inclusive eu fiz uma representação juntamente com o Deputado Professor Carlos Giannazi ao Ministério Público, para que investigue a aplicação dos gastos na Educação, esse mínimo constitucional que não foi cumprido e da forma como foi feito.

Então, falo de 26% do mínimo constitucional serem empenhados no último dia, no último dia útil do ano. É inadmissível. Ninguém é bobo aqui, ninguém é trouxa, e a gente sabe por que foi feito isso.

Agora, a gente tem que fiscalizar empenho por empenho, e se a Secretaria Municipal de Educação não tiver competência para fazer a gestão, o Prefeito Ricardo Nunes tem que trocar o Secretário, porque dinheiro e recurso há; e os problemas são infinitos.

Todos os problemas que vocês trouxeram aqui nessa audiência pública são verdadeiros. São relatos da realidade que a gente vive nas escolas no dia de hoje. Então, é inadmissível que haja essa realidade na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, nobres Vereadores Celso Giannazi, Eduardo Suplicy, Daniel Annenberg, Jair Tatto e Professor Toninho Vespoli, todos os presentes e entidades. Foi muito bom nós ouvirmos todos.

Está encerrada esta audiência.

Muito obrigado.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19225** DATA: **12/05/2022** FL: **26** DE 26
